



LESBOFEMINISMO NA BAHIA: UM ESTUDO SOBRE O GRUPO LÉSBICO DA BAHIA (1993-2003)

Zuleide Paiva da Silva¹
Janja Araújo²
Rosane Meire Vieira de Jesus³

RESUMO. Estudos apontam que os movimentos de lésbicas no Brasil têm sua história imbricada aos movimentos LGBT e feministas, embora deveras invisibilizados por todos eles. Porém, passados mais de quatro décadas desde sua origem atrelada à efervescência dos movimentos sociais urbanos que protagonizaram a luta por direitos e cidadania nos anos 70-80, ainda faz-se necessário reafirmar o papel fundamental das lésbicas feministas na luta contra a lesbofobia e na construção do estado democrático de direitos que se consolidou no Brasil na metade dos anos 80. Ainda hoje, quando as manifestações de preconceitos de todas as ordens permanecem tão atuais, é preciso, sobretudo, ressaltar o lugar político das ações formativas das ativistas lesbofeministas no enfrentamento à lesbofobia, ao racismo, sexismo e embates de classe. Com esse desafio, este texto assume os estudos sobre a lesbianidade no campo feminista com o propósito de refletir o papel educador do GLB– Grupo Lésbico da Bahia, primeira organização não governamental lésbica do Norte e Nordeste do Brasil, criada em 1993 e extinta em 2003. Para tanto, assume a experiência como ponto de partida e recorre às fontes bibliográfica, documental, oral e à memória subjetiva, apontando como resultado uma cartografia aberta do pensamento/movimento do GLB

Palavras-chave: Grupo Lésbico da Bahia (GLB). Lesbianidade. Lésbica. Corpo lésbico político.

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia, professora permanente do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED). Possui formação interdisciplinar, com doutorado Multi- Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA, IFBA, UNEB, UEFS, SENAI-CIMATEC, LNCC), mestrado acadêmico em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), mestrado profissional em Gestão Integrada das Organizações (UNEB, UNIBAHIA), especialização em Arquivologia e Novas Tecnologias documentais (UNEB), graduação em Biblioteconomia e Documentação (UFBA), graduação em Licenciatura curta em Letras (UNEB). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa FEL - Formação, Experiência e Linguagens (UNEB). Desenvolve ensino, pesquisa e extensão no campo dos estudos feministas com foco na interseccionalidade de gênero, raça, sexualidade, primando pelo diálogo e parceria com os movimentos sociais no processo de produção e difusão do conhecimento. Desde 2010 é ativista da LBL -Liga Brasileira de Lésbicas.

² Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, possui Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo/USP e Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela PUC/SP. É Líder do Grupo de Pesquisa NEIM-Gênero, Arte e Cultura (UFBA/CNPq) e pesquisadora do A Cor da Bahia - Programa de Pesquisa e Formação em Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia (UFBA). Tem trabalhos na interface dos estudos sobre gênero, raça, cultura e desenvolvimento. Também desenvolve pesquisas sobre ações afirmativas em educação e cultura afro-brasileira com foco nos estudos sobre capoeira, cultura e religiões de matrizes africanas. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e do Doutorado em Difusão do Conhecimento/ DMMDC-UFBA. Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC (2023-2027). Mestre de Capoeira Angola, é co-fundadora e coordenadora do Instituto Nzinga e Estudos da Capoeira Angola e Tradições Educativas Banto no Brasil/INCAB.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, da Faculdade de Educação da UFBA (2012), Mestre em Educação pelo mesmo Programa (2007) e Comunicóloga pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (1999). Líder do grupo de pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL/CNPq), lotado no Departamento de Educação/Campus XIV da UNEB. Professora do mesmo departamento da Universidade do Estado da Bahia, vinculada ao Colegiado do curso de Comunicação Social, com habilitação em Rádio e Televisão. Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (MPED). Atualmente, Pró-Reitora de Extensão da UNEB.



ABSTRACT

RESUMEN. Los estudios muestran que los movimientos lésbicos en Brasil tienen su historia entrelazada con los movimientos LGBT y feministas, aunque verdaderamente invisibles para todos ellos. Sin embargo, después de más de cuatro décadas, desde su origen vinculado a la efervescencia de los movimientos sociales urbanos que lideraron la lucha por los derechos y la ciudadanía en los años 70-80, todavía es necesario reafirmar el papel fundamental de las lesbianas feministas en la lucha contra la lesbofobia y en la construcción del estado democrático de derechos que se consolidó en Brasil a mediados de los 80. Incluso hoy, cuando las manifestaciones de prejuicios de todo tipo siguen siendo tan actuales, es necesario, sobre todo, resaltar el lugar político de las acciones formativas de las activistas lesbofeministas para enfrentar la lesbofobia, el racismo, el sexismo y los enfrentamientos de clases. Con este desafío, este texto asume los estudios sobre lesbianidad en el campo feminista con el propósito de reflejar el papel educativo del GLB – Grupo Lésbico da Bahia, la primera organización no gubernamental lésbica en el Norte y Nordeste de Brasil, creada en 1993 y extinta en 2003. Para ello, asume la experiencia como punto de partida y recurre a fuentes bibliográficas, documentales, orales y subjetivas de memoria, señala como resultado una cartografía abierta del pensamiento/movimiento del GLB.

Palabras clave: Grupo Lésbico de Bahía (GLB). Lesbianidad. Lesbiana. Cuerpo lésbico político.



Introdução

Estudos apontam que os movimentos de lésbicas no Brasil têm sua história imbricada aos movimentos homossexuais e aos movimentos feministas protagonizados por mulheres heterossexuais emergentes nos anos 70, embora deveras invisibilizados por ambos (Zuleide Silva⁴, 2016). Porém, passados mais de quatro décadas desde sua origem atrelada à efervescência dos movimentos sociais urbanos que protagonizaram a luta por direitos e cidadania em tempos de ditadura, ainda faz-se necessário reafirmar o papel fundamental das lésbicas feministas na construção do estado democrático de direitos que se consolidou no Brasil no período compreendido entre 1978 e 1988. Ainda hoje, quando as manifestações de preconceitos de todas as ordens permanecem tão atuais, é preciso ressaltar o lugar político pedagógico das ativistas lésbicas feministas no enfrentamento à lesbofobia, ao racismo, sexismo e embates de classe e justiça epistêmica.

Com esse desafio, como professoras lésbicas feministas assumimos os estudos da lesbianidade com propósito de refletir o papel educador do GLB– Grupo Lésbico da Bahia, a primeira organização não governamental lésbica do Norte e Nordeste do Brasil, criada em 1993, extinta em 2003. A definição desse propósito leva em conta a experiência subjetiva e o desejo, individual e coletivo, de visibilidade da experiência política das organizações lésbicas como estratégia de empoderamento feminino para o exercício da cidadania, aqui pensada como princípio articulador que afeta as diferentes posições de sujeito do agente social enquanto permite uma pluralidade de alianças específicas e o respeito à liberdade individual (Chantal Mouffe, 2013).

Negando toda e qualquer noção essencializante e biologizante da sexualidade, reivindicamos a identidade lésbica como uma expressão de negação dos sistemas dominantes que definem o que é ser mulher e o que é ser homem. Nessa perspectiva, a identidade lésbica não se limita a uma diversidade sexual, é também uma posição política. Assim, reconhecer-se e autodeclarar-se lésbica é questão política, ato de solidariedade que ajuda a transformar o estigma que marca a sexualidade não heterossexual em orgulho, fomentando assim a construção de uma sociedade não binária, onde as diferenças não sejam transformadas em desigualdades. Dessa forma, o reconhecimento da identidade

⁴ Em conformidade com a política de visibilidade da autoria feminina, indicamos o nome seguido do sobre nome a primeira vez que uma autora for citada neste texto.



lésbica é prática política que persegue a subversão da subjetividade de modo a permitir um agenciamento de singularidades desejanças capazes de coletivamente mudar a ordem social.

Dessa forma, reconhecendo a identidade como uma produção que está sempre em processo e nunca se completa (Hall, 2009), assumimos a experiência (Joan Scott, 1998) como ponto de partida para refletir o GLB como expressão feminista do corpo lésbico político pedagógico emergente na capital baiana, como uma máquina de guerra constituída na linguagem para o enfrentamento da heterossexualidade obrigatória refletida por Monique Wittig (2010) como um regime político. Nessa mirada, corpo lésbico político pedagógico é um conceito que reúne discursos materializados em pessoas e organizações forjadas nas lutas políticas pela existência lésbica, por visibilidade, cidadania, direitos humanos, justiça social e epistêmica.

Sob essas lentes, o corpo lésbico político pedagógico ganha vida e movimento na Bahia em 1979, com o surgimento do primeiro coletivo de lésbicas do estado, o GLH – Grupo Libertário Homossexual. Por volta de 1987, esse coletivo entrou em refluxo e ressurgiu em 1993, quando o GLB foi criado na capital baiana como uma ONG, e desde então o corpo lésbico político pedagógico na Bahia segue em fluxo contínuo, expressando-se de diferentes formas.

Com esse entendimento, este estudo se situa nas encruzilhadas do campo feminista, apreendido pelas lentes de Sonia Alvarez (2014) como campo discursivo de ação, rede tecida por diferentes sujeitas/os que em distintos momentos ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais. Desde os nossos feminismos, dialogamos com a educação vivida como prática da liberdade, espaço tempo que ensina a transgredir (bell hooks, 2019), que articula passado, presente e futuro a partir da experiência situada, do pensamento e construções de educadoras e educadores comprometidas(os) com as mudanças sociais em curso, nas quais o reconhecimento das diferenças aparece como central para a valorização da vida e das conquistas de direito (Anete Abramowicz; Lúcia Maria de Assunção Barbosa; Silvério, 2006).

Assim, este estudo se alinha ao movimento lesbofeminista, corrente epistêmica que emerge quando as lésbicas começam a se inscrever nas suas reflexões e discursos, a falarem de si, de nós, das questões que nos afetam em conexão com os movimentos sociais de consciência feminista. Isso não significa que o conhecimento produzido pelas



lésbicas é limitado à produção de textos escritos, pois a escrita e o saber na cultura ocidental sempre estiveram de mãos dadas com o poder, vez que é no jogo da ciência que as teorias científicas são produzidas. Nessa perspectiva, o pensamento-movimento lesbofeminista é um campo de saber que emerge nos primórdios da segunda onda do feminismo, quando ativistas e pesquisadoras lésbicas, brancas e negras, oriundas de diferentes espaços de saber, regiões e países, buscaram entender e explicar a opressão feminina desde a experiência lésbica (Silva, 2016). Nessa perspectiva, o lesbofeminismo, tanto é um exercício identitário quanto um rechaço do poder econômico, ideológico e político do homem, e como tal, é ato de resistência.

Caracterizado como conhecimento situado (Donna Haraway, 1995), conhecer militante (Merhy, 1999), sem nenhuma pretensão de verdade ou imparcialidade, este estudo é um excerto da tese “Sapatão não é bagunça” (Silva, 2016). Escrito na primeira pessoa, ora do singular, ora do plural, recorre às fontes bibliográficas, documental, oral e à memória subjetiva. O resultado é uma cartografia aberta do pensamento-movimento do GLB que dá sentido ao grupo como expressão do lesbofeminismo na Bahia.

GLB, um corpo político lesbofeminista educador

ENTENDIDAS UNIDAS JAMAIS SERÃO VENCIDAS!!

No mundo todo as lésbicas já se organizaram para defender seus direitos e exigir serem tratadas com igualdade e respeito. Aqui o Grupo Gay da Bahia (GGB) já existe há 13 anos e convida agora a todas as entendidas, sapatatas, lésbicas, homossexuais femininas de Salvador, a fundarem do GLB – Grupo Lésbico da Bahia. A finalidade do Grupo é igual a de um sindicato: defender os interesses das lésbicas, transmitir informações, positivas sobre homossexualidade, criar laços entre as entendidas baianas. Venha participar das reuniões do GLB: toda 5ª feira, às 8h da noite, na sede do GGB: Rua do Sodré, 45 – Dois de Julho, ao lado do Colégio Ypiranga [...]. Divulgue esta mensagem e traga suas amigas à reunião! (GGB, 2003, Slide 3/14)

O convite para fundar o GLB foi produzido pelo GGB-Grupo Gay da Bahia e divulgado em Salvador nos espaços de sociabilidade heterodissidentes, então conhecidos como espaços GLS (Gay, Lésbica, Simpatizantes). A criação do grupo foi divulgada pelo Boletim do GGB, em 11 de novembro de 1993. Uma semana antes, a ativista lésbica Alice Koinight, da Suíça, e o ativista gay Elcio Teixeira, então coordenador do GGB, distribuíram centenas de convites-folhetos nas “boites e bares entendidos”, convidando



as lésbicas para organizarem um grupo de autodefesa da categoria (GGB, 2011, p.301). O grupo tinha encontros semanais, “Todas as quintas-feiras de 10 a 25 mulheres se reuniam sob coordenação de Jane Pantel, Cris e Patrícia, discutindo temas relacionados à homossexualidade feminina” (GGB, 2011, p.301). O mesmo boletim publicou um longo depoimento de Jane Pantel, que assumiu a função de presidenta da ONG durante toda a sua existência.

É a primeira vez que escrevo para o Boletim do GGB, e me sinto muito grata pela oportunidade. Como muitos já sabem, sou parte integrante do Grupo Lésbico da Bahia, e tenho lutado muito para que o GLB vá em frente, **fazendo da ação visível uma das metas de reconhecimento do GLB, onde o maior objetivo é poder alcançar todos os nossos direitos** e não cair no esquecimento onde a inexistência predomina. Tento dar o melhor de mim mesma para que as entendidas conscientizem-se da importância do reconhecimento de seus direitos civis – e também de nossos deveres. Não é fácil o caminho que escolhi, mas tenho em mim a certeza que é o correto, **não poderia mais viver com uma imagem falsa de mim mesma, ou da caricatura errônea que criaram para distinguir-nos das mulheres ditas “normais”**. Não sou uma pessoa radical de forma alguma, apenas acho que falar ou escrever ou usar qualquer tipo de comunicação sem conhecimento de causa é uma coisa muito perigosa e estúpida, podendo causar danos sérios.

O que eu gostaria realmente é que todas as lésbicas perdessem seu medo e sua insegurança quanto à forma do seu amor: para isto é necessário que seus conhecimentos se ampliem em torno do que realmente somos, o que desejamos, aonde queremos e podemos chegar e **QUAIS NOSSOS DIREITOS**. A partir daí tenho certeza que alguns pontos negativos serão superados com segurança e firmeza de caráter, sem aquele medo incomodativo que persegue muitas de nossas colegas. Para isso que o GLB existe: é para isso que estou aqui, **para que juntas possamos superar a nossa própria ignorância e preconceito** e os de uma sociedade totalmente hipócrita e pobre como a nossa, onde um homem pode chegar ao ápice do prazer vendo o amor sáfico, e este mesmo homem atira pedras nessas mesmas mulheres quando as vê de mãos dadas na rua, onde se prefere ver uma criança sendo assassinada, do que duas mulheres se beijando. Espero que isso mude logo, para o bem da própria humanidade.” (Jane Pantel) [...] (GGB, 2011, p.302, grifo nosso)

Sugerindo visibilidade, solidariedade, sexualidade, educação, direitos humanos e trabalho como matrizes discursivas que dão sentido ao GLB na luta política, essa foi a primeira e única publicação de Jane Pantel no Boletim do GLB. A matriz da educação acessada no depoimento questiona a supremacia masculina produtora de violências contra as mulheres e amplia os sentidos da existência lésbica promovendo o direito das lésbicas à educação que empodera, liberta, reage e supera a violência. Assim, a criação do GLB



reflete a política de coalisão feminista com outros movimentos na luta pelo fim da violência contra as mulheres e pelo fim da lesbofobia, um mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das lésbicas, cujo núcleo é o sexismo, que articula o machismo, a misoginia, a homofobia, e o racismo. Assim apreendida, a lesbofobia implica uma especificidade concreta, levando em conta que as lésbicas sofrem dupla discriminação, opressão, subordinação por serem socialmente reconhecidas como mulheres não heterossexuais.

Essa matriz de educação também reflete união de corpos na ruptura do “complô do silêncio” imposto pela cultura que faz distinção de sexo na produção de um sistema de valores e práticas que cria uma dimensão do feminino em relação ao masculino e do casal heterossexual em relação ao casal de lésbicas, ao tempo que promove inteligibilidade da organização lésbica como ato de resistência à política do esquecimento (Tania Navarro-Swain, 2001). Não se trata aqui do silêncio imposto pela ditadura, tampouco do silêncio em torno da sexualidade, mas do silêncio em torno da existência que garante direitos, pois, como ressalta Navarro-Swain (2001), quem não é visto e nomeado, não existe na história, não é sujeito de direito. O depoimento de Jane Pantel sugere ainda que na luta por igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais, entre homens e mulheres, o que estava em questão para o grupo era a visibilidade lésbica, e a denúncia da privação dos direitos e da desigualdade em função da diferença que distingue as lésbicas das mulheres heterossexuais, “ditas normais”, fato que impede o livre desenvolvimento das “entendidas”, “lésbicas”, “sapatas”, “sapatão”, “homossexuais femininas”.

Nos anos 90, como bem mostra a matéria intitulada “Em defesa do lesbianismo⁵”, publicada no Jornal *Meio Norte*, em 1999, pouco se sabia sobre a lesbianidade. Nessa matéria, Zora Yonara Torres Costa, então vice-presidenta do GLB, reconhece o “lesbianismo” como um mistério, criação do universo (Em defesa, 1999).

Anos depois, em 2010, Zora Yonara, que na ocasião morava em Brasília, foi convidada para participar do Seminário “Visibilidade Lésbica: nossos caminhos, nossa cultura”, realizado em Salvador pelo Governo do Estado em parceria com o movimento de lésbicas. Nesse evento, a convidada compartilhou memórias e histórias do GLB, reconhecendo que o ser que se reconhece e vive como uma lésbica é um corpo político

⁵ No Brasil, o termo “lesbianismo”, assim como “homossexualismo”, caiu em desuso nos anos 90, depois que a OMS retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças. Desde então, esses termos tem sido substituídos por “lesbianidade”, “homossexualidade”.



em luta por visibilidade. Ao longo de sua fala, Zora Yonara problematizou os sentidos da visibilidade atribuídos pelos movimentos de lésbicas, questionando qual a importância de ser visível. Na sua perspectiva, considerando que visibilizar significa tornar algo ou alguém visível, perceptível pela visão, a invisibilidade dos corpos marca uma vida indesejável, abjeta, que expressa sinais de exclusão, pois quem não é visto não é cidadão, é tutelado, apenas escuta, obedece. O ser invisível não é apto a reivindicar. O ser invisível não tem a qualidade de cidadão.

Assim a noção de visibilidade não trata apenas de visibilidade física, mas de visibilidade subjetiva, em que o indivíduo visto é reconhecido, ouvido. Sua presença física e subjetiva o identifica como um ser. Encerrado no âmbito do privado, a interação do ser invisível se restringe ao espaço cedido por quem tem trânsito livre no âmbito público. Foi ocupando espaços públicos que o GLB tornou-se uma expressão visível do corpo político da lésbicas, identidade de resistência.

Visibilizando o GLB como um corpo lésbico político, Zora Yonara apresentou e compartilhou um arquivo *power point*, com 14 *slides* contendo imagens do material informacional do GLB (folders, cartões postais, cartazes produzidos nos anos 90). As imagens apresentadas, interpretadas pelas lentes de Teresa De Lauretis (1994), refletem o acervo informacional do GLB como tecnologias de gênero, representações do gênero feminino que colocam em cheque a concepção de sexualidade feminina tradicionalmente definida em oposição, ou em relação, à sexualidade masculina, desconstruindo assim a ideia de que a mulher pertence ao homem, e como tal é sua escrava sexual, ao tempo que constrói outras possibilidades do gênero na medida em que representa outra relação entre gêneros iguais, o amor entre mulheres, como uma marca do gênero concebido como efeito das redes discursivas que definem o que é mulher em oposição ao que é homem (De Lauretes, 1994).

A representação do gênero não significa que não tenha implicações concretas, ou reais, tanto sociais como subjetivas, na vida das pessoas. Pelo contrário, a representação do gênero é sua construção. “Pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro dessa construção” (De Lauretes, 1994, p. 487). Assim, as imagens apresentadas por Zora Yonara sugerem que embora as instituições produtoras do gênero tenham nos predestinado à heterossexualidade, há linhas de fuga. Nessa perspectiva, o acervo informacional do GLB é registro da construção do gênero de outro tipo, um “terceiro gênero”, um gênero dissidente, não formatado pela heterossexualidade



socialmente imposta, mas pela recusa da mesma promovida pelo desejo do corpo sexuado. Nessa mirada, o material informacional do GLB é dispositivo de desconstrução do discurso de ódio contra lésbicas, e de construção do orgulho de ser e viver como uma lésbica.

Após apresentação dos slides, Zora Yionara, encerando sua fala, reiterou a importância do GLB como corpo político educador. “A militância lésbica no GLB me formou, me libertou, me trouxe onde estou agora” (Costa, [Fala Pública], Salvador, 2010).

A noção de visibilidade lésbica apresentada por Zora Yonara é aprofundada por ela em texto publicado em 2012, onde a mesma afirma que a visibilidade outorga aos sujeitos a propriedade ativa enquanto sujeitos políticos, promove a conquista do espaço público, lugar por excelência das disputas políticas, desde a Grécia Antiga. Como afirma a autora, a era moderna aproximou o corpo lésbico do conceito de anormal, monstro a ser examinado, “suscitando categorias como medo, invisibilidade, silêncio” (Costa, 2012, p.202). No entanto, o corpo lésbico reage, recusa a invisibilidade e, na resistência, torna-se “[...] um acontecimento, e, sendo assim, parte da premissa de que alguém só é algo na medida em que existe seu reconhecimento social” (Costa, 2012, p.203). Assim, o corpo político das lésbicas torna-se visível na medida em que ocupa os espaços públicos tornando-se parte da cidade.

Para nós que vivenciamos e fomos atravessadas pela visibilidade política do GLB, que encontramos e nos alinhamos a esse corpo lésbico em movimento nas ruas, becos e guetos de Salvador, o GLB foi, de fato, um corpo educador, ato de resistência que nos provocou a desaprender a heterossexualidade obrigatória para viver em continuum lésbico

GLB, Visibilidade e Organização Lésbica: relato uma conversa implicada com Jane Pantel

Jane Pantel nasceu em Santos, em 05/02/1966. Ela se declara negra, “filha de Xangô”, “espiritualista”, não confirmada no axé, frequentadora de uma casa de umbanda que é “miscigenada”, onde seu “Xango, que é lindo e forte, dança”. Em 2014, ela morava em Guarujá (SP), praticava ciclismo, era uma microempresária, trabalhava com vendas de peças de bicicletas.



Com leveza, Jane Pantel reconheceu que havia fechado um ciclo de militância lésbica, e de vivência na Bahia. Seu desejo era “nunca mais voltar por aqui”, e só voltou em 2014, muito rapidamente, porque precisou resolver problemas de ordem familiar. Nessa ocasião pude então encontrá-la, matar a saudade de uma velha amiga, além de conversar sobre o GLB.

Quando lhe perguntei como tudo começou, me referindo a sua militância lésbica, a resposta foi imediata.

Então, esse processo foi assim. Teve o Elcio e a Alice - lembra do bar Charles Chaplin? - [...]. Eu conheci os dois lá. Eu tava lá curtindo, eu gostava de frequentar aquele bar. Eu não tinha a menor noção de militância, eu queria saber era de namorar, beijar a boca, entendeu. Eu era uma completa tapada para esse negócio de direitos. Eu e todo mundo. Tudo isso era muito novo. E aí, o Elcio me chamou para ir para uma reunião de lésbicas no GGB [Grupo Gay da Bahia]. Eu disse, ah, qualquer dia eu vou. Eu nem sabia que o GGB existia, nada disso (Jane Pantel, Entrevista, 2014)

Moradora do bairro do Cabula, “sapatão da periferia”, como fez questão de ressaltar, Jane Pantel não estudava, nem trabalhava quando o GLB foi criado, mas ela se virava “fazendo um trabalho aqui, outro ali”. Sua família, que sempre aceitou sua orientação sexual, “segurava as despesas”. Sua mãe, dona Jandira, era sua amiga. Com orgulho de si, e da sua mãe, Jane Pantel fez questão de ressaltar que dona Jandira foi uma pioneira do movimento que hoje é conhecido como “Mães da Diversidade”. Ela foi a primeira mãe de lésbica a se anunciar como tal publicamente.

Quando recebeu o convite para a fundação do GLB, embora tenha achado interessante a proposta, não se interessou à priori. O que ela gostava, e queria, era viver a sua sexualidade sem medo, sem culpa. O lugar que mais gostava de frequentar era o bar Charles Chaplin, localizado, no Centro de Salvador, um dos principais espaços de sociabilidade GLS da capital baiana, onde, nos anos 80 e 90 se reuniam, sobretudo, as pessoas LGBT de baixa renda. Nesse período, como mostra o trabalho de Nascimento (2007), o centro de Salvador concentrava o maior número de bares e boates frequentados majoritariamente ou exclusivamente pelo público LGBT. A frequência dos bares e boates da região era “extremamente popular” e as mulheres eram “minorias absolutas” (Nascimento, 2007). Mas o Charles Chaplin era diferente, a frequência maior era de lésbicas.



Foi no Charles Chaplin, acompanhada de uma nova namorada, que Jane Pantel recebeu o convite do GGB das mãos do Élcio Teixeira e a Alice Koinight. Conforme ressaltado por Jane Pantel, Alice Koinight era integrante da ILGA - International Lesbian, Gay, Trans and Intersex Association, entidade sueca, cujo propósito político é fortalecer o movimento LGBT no cenário internacional, oferecer treinamento e apoio para suas organizações e membros.

Alice Koinight e Élcio Teixeira estavam no bar Charles Chaplin em processo de busca ativa, identificando e regimentando lésbicas para militância, em acordo com as deliberações do VII EBHO (Encontro Brasileiro de Homossexuais), que apontou a existência de aproximadamente 43 grupos de homossexuais em todo o país, reiterando a necessidade de fortalecimento do movimento e paridade entre lésbicas e gays (Regina Facchini, 2005).

O GGB oferecia o espaço para a criação do grupo. Eles buscavam mulheres com perfil de liderança. Antes de chegar em Salvador a Alice passou em São Paulo, ela visitou as meninas do GALF [...] Eu sei que a ILGA tinha interesse em fortalecer o movimento lésbico no Brasil. Então a Alice e os meninos do GGB estavam buscando pessoas como o perfil militante. As lésbicas militantes eram muito poucas naquela época, e na Bahia não tinha lésbicas organizadas. Eu fui a primeira pessoa que eles recrutaram. Eu não entendia bulhufas do que eles estavam falando. A Alice falava um português embolado demais. Mas eu era interessada, e eles acharam que levava jeito pra coisa. [...]. Foi assim que eu encontrei o GGB e tudo começou (Jane Pantel, GLB, entrevista, 2014)

Jane não participou da primeira reunião para criação do GLB. Participou da segunda porque soube que a garota por quem ela estava interessada estaria “na reunião das lésbicas”. Quando ela chegou na sede do GGB, se surpreendeu com a quantidade de lésbicas presentes. “A sala estava lotada. Tinha sapatão em pé, sentada no chão. Muita gente. O Élcio era o único homem na sala. Foi uma surpresa” (Jane Pantel, GLB, entrevista, 2014).

Sem nenhuma experiência política, mas cheia de vontade de aprender, Jane Pantel viu diante de si uma grande oportunidade de formação e de trabalho, logo resolveu encarar o desafio.

Tudo naquela reunião me encantou. Não tinha liderança, nada estava pronto. O que tinha era uma vontade, uma ideia, um embrião. Eu pensei comigo mesma: ‘nossa, que negócio interessante, um negócio novo’.



Então topei o desafio e me joguei de corpo inteiro no trabalho. Eu sabia que eu estava começando uma história de militância lésbica sem precedentes na Bahia (Jane Pantel, GLB, entrevista, 2014)

É possível supor, não afirmar, que o GGB recebeu apoio da ILGA para fomentar a criação de uma organização lésbica na Bahia, pois, segundo Jane Pantel, o GGB assumiu todos os custos referentes à fundação e manutenção do Grupo até o mesmo poder caminhar só, e nunca deixou de ajudar.

Vou te falar. O GGB foi um grande parceiro. Vamos dar ao Mott o que é de Mott. Ele foi um grande parceiro. Ele apoiou muito a nossa luta. Ele pagou muitas viagens, pagou muitos cursos de formação pra mim. O Marcelo também, mas o Marcelo estava começando engatinhando também. Então, o GGB, através da figura do Mott, inegavelmente foi uma catapulta, um lançador. Agradeço ao Mott até hoje. Ele me ensinou muitas coisas, como ser e como não ser também. Sem dúvidas nenhuma, o GGB foi um grande parceiro (Jane Pantel, GLB, entrevista, 2014).

O nome do grupo foi decidido depois de duas reuniões para este fim. Na primeira não houve consenso, mas o nome GLB foi indicado como provisório. Na segunda, como não apareceu outra proposta de nome, o nome provisório foi referendado coletivamente. Participaram dessa reunião em torno de 25 lésbicas, entre 17 e 28 anos. Como lembra Jane Pantel, o perfil socioeconômico das participantes era em torno “95% classe C-D, 90% negras, 75% com segundo grau ou cursando”. Jane Pantel ressaltou que se lembrava bem desses números pois foi ela mesma quem tabulou os dados. “Tudo era registrado. Tudo era memória. O GLH tem história”, comenta Jane Pantel com orgulho de si. Ao ser questionada como o GLB se aproximou das mulheres negras de baixa renda, e se a questão racial era trabalhada no grupo, sua resposta foi enfática:

Eu era sapatão da periferia. Era não, eu sou. Sou do povo, sou da farofagem, sou da feira, sou isso. Então eu não tinha dificuldade nenhuma para conversar com essas mulheres, que eram minhas brother, parceiras, a gente falava a mesma linguagem, se entendia. E nunca deixamos de discutir o racismo, de relacionar a violência sofrida pelas lésbicas negras ao racismo e à condição de classe. Mulher, lésbica e pobre, já viu, né. A Vilma Reis sempre frequentava nossas reuniões trazia o debate; a Olivia Santana também. A gente sempre convidava a Olivia pra fazer a discussão racial no grupo, e ela sempre atendia nosso chamado. Então não dá pra dizer que o recorte racial não fazia parte do nosso repertório de ações. Fazia sim, embora esse não fosse o nosso foco principal de ação! (Jane Pantel, GLB, entrevista, 2014)



Discutindo o racismo e outras matrizes de opressão que violentam as mulheres, as reuniões do GLB eram um acontecimento que eu gostava de participar. Durante a entrevista, lembramos da primeira reunião que participei. Na época, o GLB, funcionava na sede do GGB, no centro da cidade. Quando cheguei com minha companheira, Jane Pantel e Zora Yonara estavam preparando o espaço para a reunião que iria começar pontualmente às 20h. Como chegamos um pouco antes, ajudamos na organização do espaço. As cadeiras foram colocadas em círculo, sugerindo que não haveria ali discussão hierarquizada, pelo contrário, haveria circularidade de saberes. No centro do círculo, material informativo – leia e leve – do GLB, de outros grupos, e de órgãos públicos.

O cuidado com o espaço revela o respeito às participantes, que aos poucos foram chegando, 20, 30, talvez mais, talvez menos. A sala encheu, todas as cadeiras foram ocupadas.

Ah, nossas reuniões nunca tinham menos 25 mulheres. Tinha dia que aquele salão do GGB, depois a nossa sede, ficava tão cheio que as pessoas se sentavam na escada. Ficava lotado, lotado de sapatão pra ouvir a gente falar, ouvir nossas ideias, pra falar das angústias que elas sofriam, das violências que elas sofriam (Jane Pantel, GLB, entrevista, 2014)

A convidada do dia era Vilma Reis, pessoa que encanta a Bahia e o Brasil, despertando consciência. A performance da convidada, sobretudo a ênfase do seu discurso antirracista, fomentou a participação de todas, que se sentiram acolhidas e motivadas a compartilhar suas experiências, relatando problemas e violências vividas, refletindo diferenças e semelhanças entre as participantes. As possibilidades de compreensão da minha existência lésbica começaram a se estender naquela atividade, onde pela primeira vez me percebi branca, uma identidade racial não marcada, nutrida de poder e privilégios.

As histórias e vivências do cotidiano narradas pela convidada e pelas demais lésbicas negras presentes, e, sobretudo, a interação afetiva oportunizada pela dinâmica metodologia do grupo e da convidada, favoreceram o reconhecimento e o respeito às diferenças. O discurso da convidada, evidenciando com exemplos do cotidiano que umas são mais iguais que outras, podem mais que outras, foi algo que nunca pude, e nunca quis esquecer. “Iguais” no gênero e na sexualidade, diferentes na raça. A diferença gerou empatia potencializando o despertar da consciência da sexualidade como importante



dimensão da vida humana, e da branquitude como estágio de conscientização e negação do privilégio vivido pelo indivíduo branco que reconhece a inexistência de direito e a vantagem estrutural em relação aos negros (Edith Piza, 2005). Não sem conflito, essa experiência me colocou em “posição adolescente de questionamento”, como sugere Piza, “o que eu não- sou (não sou superior, não sou melhor, não sou mais capaz, não sou modelo de nada) define *o que sou*” (Piza, online).

De acordo com Piza (2005), o movimento de construção de consciência crítica e libertária exige autoquestionamento em termos da relação e da interação emocional e afetiva com o outro, pois só na interação e na racionalização em torno de nós e dos nossos processos conscientes e inconscientes é que podemos observar o quanto a branquitude e a heterossexualidade nos enganam pelos jogos de espelho, “nos quais sempre aparecemos maiores e melhores do que realmente somos” (Piza,2005, online).

A experiência vivida junto ao GLB sugere que a experiência de trabalho junto às lésbicas periféricas e mulheres negras em situação de vulnerabilidade mostrou ao GLB, no cotidiano das suas ações coletivas, que as discriminações de raça, classe, gênero e sexualidade produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe, e no caso de vivência da pobreza, influenciando seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Nessa perspectiva, as lésbicas negras que vivenciam a tripla opressão são sempre identificadas como ocupantes da base da hierarquia social, e o GLB reconhecia na vivência do corpo político das lésbicas a gravidade da situação.

O trabalho social realizado pelo GLB, a militância em si, favoreceu a compreensão do grupo de que a distribuição de recursos na sociedade era profundamente marcada, sobretudo, pela condição de classe, gênero e raça. Nessa perspectiva, o reconhecimento da diversidade das experiências a partir dos marcadores da diferença, que nunca agem de forma isolada, permitiu aproximações que incorporaram ao trabalho do GLB a complexidade da realidade das mulheres, dos papéis que assumem e das expectativas a eles relacionadas.

A memória afetiva daquela reunião, e das demais ações do GLB que pude participar entre de 1995 a 1998, sugere o GLB como fonte de informação para a



participação cidadã⁶. Durante toda a década de 90, o GLB promoveu a identidade lésbica como identidade coletiva, embora os rótulos não importassem para o grupo.

A noção de identidade coletiva do grupo é refletida no “Extrato do Estatuto”, publicado no *Diário Oficial da BA*, de 11 e 12 de 1999, onde o GLB é citado como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo como finalidade o estímulo e o desenvolvimento dos valores intelectuais, profissionais, culturais e humanos das lésbicas. Mas, possivelmente a partir de 2000, o grupo ampliou sua finalidade incorporando a identidade “bissexual feminina”, conforme folder intitulado “Visibilidade e Organização”, s/d, encontrado na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), que aponta a seguinte missão do GLB: “Desenvolver ações para a promoção dos Direitos Humanos, Saúde Preventiva, Educação Sexual, e outras atividades sócio-culturais para a busca do bem estar individual e coletivos das lésbicas e bissexuais femininas” (GLB, [2000?]). Embora redigida de outra forma, a missão do grupo incluindo a identidade bissexual feminina também é encontrada na versão incompleta do site do GLB, com data de 2002, localizada no site *web.archive.org*, onde são armazenadas telas antigas de alguns sites já extintos. Mas o alargamento da identidade do grupo, que reflete o surgimento de novos sujeitos político, não altera o seu estatuto, que, de acordo com Jane Pantel, era “quase uma cópia do estatuto do GGB”.

Por uma inabilidade política a gente seguiu o estatuto do GGB. A gente não tinha outra referência, a gente tava aprendendo. Eu sempre fui presidente do GLB, sempre. Desde o dia em que ele se legalizou, até o dia em que ele deixou de existir. Sempre foi eu. Recebi os louros e também as pedradas, sempre. Então, éramos eu, a Patrícia e tinham outras duas meninas, que eram mais proforma. Na verdade, não vou mentir, quem arregaçava as mangas e corria atrás era eu. As outras eram mais para preencher as lacunas do estatuto. Na verdade quem rodava era eu, ia para lá, para cá, sempre eu. Depois eu conheci a Zora (Jane Pantel, entrevista, 2014).

Tendo o GGB como interlocutor e referência política, o GLB, desenvolveu um modelo de gestão centralizado, chamado por Davenport (1998) de “feudalismo informacional”, no qual os gerentes da organização têm o controle de seus ambientes de

⁶ Apreendemos a noção de participação cidadã do construto teórico de Teixeira (2001) que a concebe como processo social com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando uso de mecanismos institucionais com sociais inventados no cotidiano das lutas, superando a dicotomia entre representação e participação. Esse conceito, ressalta o autor, “embasa-se em contribuições teóricas e análise de experiências de que se vêm processando, principalmente nos países latinos”.



informação “como senhores feudais, vivendo em castelos isolados” (Davenport, 1998, p.96). No caso do GLB, a própria Jane Pantel, como presidenta do grupo, era a única autoridade para tomada de decisão, única pessoa responsável pela política da organização:

Geralmente um grupo é levado por duas pessoas, o resto, eu posso estar falando besteira, mas eu vou falar da minha experiência pessoal; o resto é pra encher linguiça. Pra fazer papel, assinar papel, botar o nome no estatuto, que não pode ter só duas pessoas (Jane Pantel, Entrevista, 2014)

Segundo Davenport, o feudalismo informacional é uma das abordagens mais comuns da administração informacional, e uma das menos examinadas pelos próprios responsáveis. Acreditamos que Jane não planejou esse modelo, apenas assimilou o modelo GGB, assim como assimilou o repertório de ações coletivas do então Movimento Brasileiro Homossexual (MBH) que o criou e, a partir dele, produziu seu próprio repertório de demandas e de ações coletivas segundo seus valores, crenças, e ideologias compartilhadas com o próprio GGB, definindo com este grupo as estratégias para projeção do GLB do local para o global.

Em entrevista concedida à Associação de Mulheres Brasileiras (AMB), em 1999, Jane Pantel ressalta que em 9 anos de atuação, o número de participantes filiadas ao GLB cresceu vertiginosamente, de 25 para mais de 1.200:

Somos 1.200 mulheres inscritas como filiadas na Bahia. E mais 400 colaboradoras espalhadas pelo Brasil [...]. Estamos legalizadas, temos nosso estatuto e somos reconhecidas como uma instituição de utilidade pública, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (AMB, 2002, f.1).

A nível local, o GLB era bastante articulado. Formalizou parceria como a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, Comissão Estadual de Direitos Humanos, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Conselhos e Fóruns. Em 1999, fomentou e participou da fundação do Fórum Baiano de ONGs empenhadas na luta contra a epidemia da Aids no Estado, e foi eleito para a coordenação do Fórum Baiano de ONGs. Em nível nacional, participou da fundação da ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, criada em 1995, por 31 grupos.

Como aponta Facchini (2005), a ABGLT foi fundada no VIII EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis), com a filiação 80% das entidades do movimento



homossexual presentes no Encontro. Apenas três grupos exclusivos de lésbicas participaram desse Encontro, de acordo com Jane Pantel, que sempre foi a favor da criação da ABGLT. Na sua perspectiva, era importante “ter um grupão forte no Brasil” para articular e fortalecer o movimento.

[...] Aí as lésbicas começaram a se organizar, o GLB começou a crescer, a gente ia para as reuniões e era só enfrentamento. Era embate mesmo, as vezes saía xingamento [...]. Era muito legal. De um lado as lésbicas, do outro os gays, do outro lado, começando a surgir, o movimento das travestis, começando a dar os primeiros passinhos (Jane Pantel, Entrevista, 2014).

O confronto que Jane Pantel considerava muito legal foi denunciado pelos demais grupos de lésbicas, sobretudo pela *Rede Um Outro Olhar*, como machismo. Porém, mesmo reconhecendo que havia silenciamento das lésbicas por parte da ABGLT, a presidenta do GLB se aliou aos gays para fortalecer o GLB e representar as lésbicas no cenário nacional. O foco do seu trabalho era, sobretudo, o Poder Legislativo, visando à ampliação dos direitos civis da população LGBT. Nesse período, conforme Trevisan (2015), começaram a surgir projetos de lei focados na população LGBT, apresentados especialmente por parlamentares de partidos de esquerda, a exemplo da deputada Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores⁷, e desde então: “Dezenas de projetos tramitam na Câmara dos Deputados envolvendo demandas por direitos da população LGBT. e o movimento LGBT” (Trevisan, 2015, p.293). As demandas por direitos civis da população LGBT estão indicadas na Carta de Princípios da ABGLT, refletindo as principais demandas do movimento em âmbito transnacional.

Trabalhando com dedicação exclusiva à militância LGBT, em 1999, Jane Pantel, como Secretária Lésbica da ABGLT, juntamente com o Secretário gay dessa rede, foi interlocutora do movimento junto ao governo federal para apresentar a demanda de lei que criminaliza a homofobia. Isso aconteceu em 24 de agosto de 1999, quando o então Ministro da Justiça, José Carlos Dias, recebeu os representantes da ABGLT, que apresentaram para o ministro um levantamento sobre a violência contra homossexuais

⁷ É da autoria de Marta Suplicy o projeto de reconhecimento da união civil, datado de 1995, bem como a emenda constitucional para incluir *orientação sexual* nos artigos 3, que trata da “promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e 7, que trata da proibição de diferença salarial, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil” da Constituição Federal, no mesmo ano.



elaborado pelo GGB e reivindicaram a inclusão de um artigo no anteprojeto de reforma do Código Penal que classificava como crime a discriminação, aberta ou velada, de homossexuais. A expectativa era que o governo, baseado na política de direitos humanos, usasse sua força no Congresso para aprovar uma lei que seria um marco na história da homossexualidade, assim como foi a Lei Afonso Arinos para a população negra.

Reconhecendo a gravidade da violência contra LGBT no país e a necessidade de fortalecimento dos movimentos lésbicas, Jane Pantel destaca a construção do II SENALE– Seminário Nacional de Lésbicas como uma das principais ações coletivas do GLB junto ao movimento de lésbicas no cenário nacional, um dos momentos mais marcantes e desafiadores da sua militância:

Eu participei do 1º SENALE, no RJ com a Zora. Não foi muito grande o 1º SENALE, mas foi super bem-organizado. Quem organizou foi o COLERJ, do RJ, com a Neuza das Dores e uma advogada [...]. Elas organizaram o 1º SENALE com uma estrutura, uma dinâmica bem diferente inserindo a discussão sobre Políticas Públicas, foi quando a gente começou a falar de Políticas Públicas, exatamente no RJ, com a Neuza, que é, ptuz, a Neuza é minha referência, sou fã dela. Elas começaram a inserir políticas públicas em dinâmicas do nosso dia a dia. Até então a gente pensava assim, ‘vamos falar de direitos humanos das lésbicas, vamos falar disso, daquilo’, e elas não, elas conseguiram, com toda a criatividade carioca, inserir, mostrar a importância das políticas públicas nas questões do cotidiano, nas brigas na favela, no ponto de ônibus. Antes era mais difícil entender as políticas públicas. [...]. Mas elas conseguiram mostrar de uma forma bem legal, elas começaram a desmistificar essa coisa, foi muito bacana. Ai eu lembro que no último dia foi discussão de onde seria o II Senale. Eu tava tranquila, certa que seria em SP, pois as bam, bam bans do movimento estavam lá. Eu tinha certeza de que seria em SP. Mas aí teve a votação, que foi aberta e saiu a proposta de ser em Salvador. Aí, pensei, puta que pariu. Caralho, olhei para a Zora, que tava com o olho desse tamanho, arregalado. Ela me dizia, não aceite, não aceite, a gente não vai ter pernas. Eu pensei, a gente vai ter um ano pela frente, pensei, pensei e disse pra ela, vai dar pra gente fazer. Aí eu disse na plenária: ‘Sobre livre e espontânea pressão, a gente aceita levar o II Senale para Salvador’. Aí foi aquela loucura, né, correr atrás de verba, organizar toda a agenda, convidados, foi uma loucura. Mas graças a deus, deu tudo certo, foi um baita de Encontro. Aí vem as invejosas [...], disse que o nosso Encontro foi um encontro morno. Eu não acho que foi um encontro morno, acho que foi um encontro focado. [...]. (Jane Pantel, entrevista, 2014)

Os SENALE, que surgiram no Rio de Janeiro, em 1996, de 29 de agosto a 01 de setembro, são o principal veículo de conscientização e mobilização das lésbicas brasileiras. A partir de 1992 houve um reflorescimento do movimento de lésbicas no



interior do Movimento Homossexual Brasileiro, onde os conflitos com os gays eram intensos, daí surgiu a necessidade de se criar um espaço próprio, para que as especificidades das lésbicas pudessem ser discutidas de forma mais ampla e democrática. A semente da luta por espaço próprio, como aponta Jane Pantel, foi o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, com Neusa das Dores, lésbica negra precursora dessa luta produtora das demandas e dos repertórios da ação coletiva dos movimentos de lésbicas.

De acordo com o Relatório do VI SENALE, realizado em Recife, de 18 a 21 de maio de 2006, com o tema “Movimento de Mulheres Lésbicas como Sujeito Político: Poder e Democracia”, o I SENALE, que instituiu o dia 29 de agosto como “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica”, uma data de autoafirmação e orgulho de ser lésbica, contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas, e teve como tema “Saúde, Visibilidade e Organização”. O mesmo relatório registra que o II SENALE, realizado em Salvador, de 24 a 28 de setembro de 1997, com o tema “Saúde e Cidadania”, sob organização do GLB, reuniu um número aproximado de 75 mulheres, entre lésbicas feministas, não feministas e mulheres bissexuais; o III SENALE, realizado pela ALÉM – Associação de Lésbicas de Minas, de 25 a 27 de setembro de 1998, em Minas Gerais, com o tema “Visibilidade e Saúde” reuniu em torno de 70 participantes; o IV SENALE, que reuniu aproximadamente 110 pessoas, foi realizado no Ceará, de 29 de agosto a 01 de setembro de 2001, com o tema “Cidadania, Visibilidade, Saúde e Organização”, e o V SENALE, sediado em São Paulo, de 18 a 22 de junho de 2003, teve como temário central: “Políticas Públicas: conquista de cidadania para as lésbicas”, contando com a participação de aproximadamente 200 mulheres. O GLB participou colaborativamente das cinco primeiras edições do SENALE.

Importante ressaltar que a mudança do nome não alterou o propósito dos Seminários, que, enquanto campo feminista de pensamento e movimento de lésbicas seguem sendo concebidos como espaços de fortalecimento da organicidade do segmento. Neles, o empoderamento individual e coletivo das lésbicas potencializa a visibilidade lésbica como estratégia de ruptura do complô do silêncio em torno da existência lésbica em todos dos tempos da história. Como sugere o seguinte depoimento de Yone Lindgreen, militante do “Movimento D’Ellas” (RJ), uma das participantes do II SENALE:

As meninas do GLB fizeram bonito. Tudo nos conformes: espaço, conforto, organização. Oficinas, painéis, que acrescentaram sempre... e



a possibilidade de estarmos juntas. Veremos/reveremos gente da gente. Como sempre, houve quem criticasse; quem colocasse em dúvida o que a outra falou, quem ridicularizasse [...]
O que senti, é que apesar dos ranços/descasos/desacatos, a coisa fluiu, aconteceu e teve quem acrescentou, contribuiu, valorizou o evento (Lindgreen, 1998, p.18)

O ponto de vista de Yone Lindgreen reflete nossa experiência no II SENALE. A primeira impressão que tivemos ao ver tantas lésbicas reunidas, na piscina, no restaurante, no auditório, em todos os lugares do Grande Hotel da Barra, foi de estar na Ilha de Lesbos, onde Safo, a primeira feminista do mundo ensinou e praticou o amor entre as mulheres (Costa, 2012; Marques, 2012). Nossa percepção do II SENALE vai ao encontro do pensamento de Jane Pantel, que reconhece esse Seminário como a principal, a mais importante, a mais potente articulação do GLB junto aos movimentos de lésbicas do Brasil. Essa ação projetou o GLB no âmbito do movimento LGBT e fora dele.

Abrimos aqui um parêntese para ressaltar que no VIII SENALE, realizado em Porto Alegre, em 2014, as mulheres bissexuais, reconhecendo o protagonismo das mesmas na construção dos SENALE, reivindicaram alteração do nome do Seminário, que a partir de então passou a ser nomeado SENALESBI. Mas, a mudança do nome não alterou o sentido do SENALESBI como política de visibilidade lésbica.

Fechamos o parágrafo anterior ressaltado que o GLB não se articulou e atuou apenas com gays e lésbicas. Na referida entrevista concedida a AMB, Jane Pantel informa que o GLB participava das discussões promovidas por outros movimentos sociais, como o MST, e também por organizações de trabalhadores, como a CUT, além de atuar na construção da Plataforma Política Feminista. No entanto, a interlocução com o movimento feminista protagonizado por mulheres heterossexuais era limitada:

Veja bem, as feministas heterossexuais que eu conhecia não enxergavam as mulheres lésbicas. Alguns segmentos desse movimento até hoje veem as lésbicas como libertinas, sem falar que o feminismo dessas mulheres era, não sei se ainda é muito elitizado, e o nosso movimento não era um movimento elitista. O movimento do GLB era das sapas que frequentavam o baixo Gomes, pra que elas tivessem consciência dos seus direitos. Por que a elite faz faculdade, viaja pro exterior, entendeu, tem livros a disposição, mas quem é operária, que nem eu era, não tem essa oportunidade. Até hoje é assim. Então, o nosso movimento não era para a elite, nosso movimento era pro povão, para aquelas sapatatas masculinizadas que quando passava na rua todo mundo fazia mexia, fazia churria, entendeu. Era pra esse tipo de mulher, ou de homem, hoje em dia eu ando confusa com essas denominações, mas era



pra esse tipo de pessoa que o movimento existia, não era para a elite. E o feminismo que eu conhecia estava distante da nossa realidade (Jane Pantel, entrevista, 2014)

Sem muito diálogo com o heterofeminismo, Jane Pantel trilhou caminhos para o GLB junto ao movimento LGBT, seu principal interlocutor e aliado. Em nível transnacional, seguindo os passos do GGB, o GLB se filiou a ILGA, e foi uma das entidades fundadoras da ILGA na América Latina e Caribe (ILGA LAC), que é uma delegação regional com sede na Argentina, criada com o propósito de contribuir para melhorar a comunicação e a interconexão como as mais de 250 organizações membro presentes em todos os países. Essa articulação internacional é considerada por Jane Pantel um marco na sua trajetória militante e grande avanço político do GLB.

A gente enquanto AGBLT, decidiu fazer uma reunião pra começar a fortalecer o nosso movimento da América Latina. Na época a ILGA era a única ONG que tinha acento consultivo na ONU para Direitos Humanos, uma conquista depois de uma luta que vinha de muitos anos. Ai fizemos um encontro internacional, com ajuda da ILGA, em Lima, no Peru, com a presença de grandes militâncias mundiais, da Suíça, da Suécia, que eram bem mais desenvolvidos nesse campo. Tinham representantes do México, quase toda a América Latina esteve presente. Nesse encontro decidimos que seria importante fortalecer a AL. Uma decisão coletiva, da plenária.

A ILGA europeia nos deu todo o suporte. [...] Me lembro que nos reunimos num hotel em Lima, o coletivo tinha mais ou menos 25 pessoas, e desenhamos toda a parte estrutural de como seria feito isso na AL. [...] Então a gente começou a desenhar. Dividimos a AL por zonas e cada zona tinha uma representação gay e uma lésbica. Teve votação e eu fui eleita como GLB representando o Brasil. Tinham poucas lésbicas. [...] A representação era mais uma coisa de vontade, de sonho, de garra, de fazer acontecer a coisa nos próximos anos. [...]. Ai pronto, fundamos a ILGA LAC [...]. (Jane Pantel, entrevista, 2014).

As ONGs na década de 90, como ressalta Facchini (2005), deixaram de ter um papel exclusivamente de apoio aos movimentos sociais na metade dos anos 80 para se tornarem uma outra forma de ação coletiva. Como afirma Jane Pantel, uma ONG é uma empresa, e o GLB era o trabalho remunerado de Jane Pantel, de onde ela tirava o seu sustento.

Vale salientar que a base ideológica e material das políticas neoliberais no interior dos movimentos sociais populares estava em fase embrionária no final da década de 70, sendo definida ao longo das décadas subsequentes, até atingir seu amadurecimento na década de 90. Como salienta Coutinho (2005), o neoliberalismo dos anos 90 retirou de



cena os movimentos sociais e as ONGs assumiram a centralidade da cena política. Boa parte dos movimentos sociais, seduzidos pela dinâmica da institucionalidade, aderiram a ideologia neoliberal. Tornaram-se parceiros do Estado, corroboraram com a ideologia da sociedade civil, sobretudo no aspecto autonomia.

Em 2002, ampliando os limites e possibilidade do GLB, Jane assinou convênio com o Ministério da Justiça, representado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos- SEDH, no valor de 35.700,00 (Trinta e cinco mil e setecentos reais) para realização do “Curso de capacitação para lideranças e instituições lésbicas: fortalecimento e visibilidade”, oferecido pelo GLB no mesmo ano. Apesar do êxito do curso, Jane Pantel teve problemas com a prestação de contas do projeto, e logo sofreu as consequências, foi condenada por improbidade pelo MPF, e moralmente condenada pelo movimento LGBT. O GLB tornou-se alvo de críticas e de abandono.

Depois de quase 10 anos de militância ininterrupta, Jane Pantel estava cansada, e seu relacionamento com Zora Yonara desgastado. Em meio à crise, o casamento foi desfeito e para essa ruptura não houve redução de danos, tudo foi destruído. Para Jane Pantel o GLB virou uma lembrança e uma “realidade doída”, pois a “pendenga” com o Ministério Público ainda não foi totalmente resolvida.

Segundo Irani Oliveira (2009), a prestação de contas nas ONGs é uma forma da organização demonstrar se cumpriu sua missão e realizou o que se propôs, aplicando corretamente os recursos conforme destinados, comprovando os encargos realizados, justificando os recursos obtidos, tanto das receitas como despesas, de modo a atender todas as exigências morais, legais e contábeis. Dentre os fatores que comprometem a realização da prestação de contas das ONGs, Oliveira destaca a falta de conhecimento na área, falta de profissional de contabilidade, falta de conhecimento do sistema SINCOV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse), falta de documentos específicos.

Durante nossa conversa, Jane Pantel não apontou quais foram as dificuldades encontradas pelo GLB na prestação de contas do referido projeto de formação, tampouco comentou sobre a vida econômica do Grupo, mas ressaltou que todos os erros e acertos do GLB são de sua responsabilidade, fato que nos leva a crer que o feudalismo



informativa potencializou o declínio da estrela e a falta de solidariedade das pessoas e tudo isso revirou a vida pessoal e política de Jane Pantel.

Acreditamos que Jane Pantel foi sugada pela política neoliberal centralizando poder e informação para garantir o movimento do GLB, tomando para si a defesa e a representação das lésbicas pobres, negras, nordestinas, e por elas trabalhou muito. Vale considerar que a sobrevivência de uma ONG Lésbica durante, aproximadamente, 10 anos, em um cenário produzido e dirigido por gays exige das suas dirigentes mais que competência e compromisso, exige paixão, solidariedade e consciência política. Juntamente com Zora Yonara, Jane Pantel dedicou seu tempo, seu afeto, sua vaidade e seu orgulho à luta pela conquista de direitos dentro da ordem liberal, sem questionar a agenda do capital financeiro. Assim articulou, operou, costurou, teceu acordos, fez a política que lhe pareceu necessária para possibilitar visibilidade e acesso a informação ao corpo político das lésbicas, que, como ressalta Almeida (2005) se mostrava vulnerável e potente, e Jane Pantel, reconhecia essa potência:

[...] O que se queria era que a lei reconhecesse nosso status de cidadão, que a gente tivesse uma lei que nos protegessem. PÔ, eu perdi vários amigos gays, várias amigas lésbicas foram expulsas de casa, tive amigas estupradas por serem lésbicas. Então o que a gente queria é que o Estado reconhecesse nossa real situação de cidadão. Não era casamento. Casamento é importante? Com certeza, mas para quem quer fazer essa escolha. Não é que todo mundo quer se casar. Eu nunca quis me casar, pra mim está bom do jeito que está. Mas quem escolhe o casamento, quem quer legalizar tem que ter esse direito. Então, essa sempre foi a grande luta, o reconhecimento pelo Estado como cidadão. Sempre foi isso, desde o início (Jane Pantel, entrevista, 2014).

Refletindo sobre sua trajetória militante, Jane reconhece que fez tudo que podia e queria ter feito, em termos pessoais, profissionais e políticos:

Com certeza, com certeza, eu me empoderei muito na militância. Hoje eu sou uma cidadã plena, tenho consciência dos meus direitos, sei os meus limites. Eu conheço e tenho consciência por causa da militância. Se não fosse a militância, eu seria mais um sapatão quá, quá, quá. Foi a militância que me levou a ser politicamente como eu sou, a ter opinião sobre várias coisas, principalmente a questionar. [...]. Por que eu tenho que seguir determinado padrão? Por que eu tenho que desempenhar determinado papel? Por quê? Por que eu não posso? (Jane Pantel, Entrevista, 2014)



Em sua avaliação, a militância LGBT é confusa, perdeu o foco, o romantismo, a utopia, o encanto. Negando qualquer possibilidade de voltar para a militância, Jane diz que adora tocar samba de raiz com as amigas, ama sua cidade, gosta da vida que está levando, percebe que fez a “viagem do Salmão”, isto é, nadou em muitos mares e voltou para o seu habitat, e isso a deixa muito feliz.

Porém, antes de encerrar o movimento do GLB, em 2002, Jane Pantel ajudou a criar em Salvador o Grupo Palavra de Mulher Lésbica, que durante 10 anos seguiu os passos do GLB no Estado, e em 2003, quando o GLB, de fato, deixou de existir, Zora Yonara participou da criação da Liga Brasileira de Lésbicas, uma rede feminista que reúne lésbicas e mulheres bissexuais de Norte a Sul do país. Desde então, essa rede feminista segue em movimento na Bahia e fora dela, produzido e difundindo o corpo lésbico político educador como ato de resistência.

Considerações finais

Desenvolvendo diferentes abordagens pedagógicas, produzindo e distribuindo materiais educativos, intercâmbio de ideias e pessoas, o GLB cumpriu sua missão institucional, informou e ensinou a uma geração de lésbicas e mulheres bissexuais que o acesso à informação e à saúde é direito constitucional. A construção de um mundo melhor era a grande utopia, o grande sonho do GLB. Desenvolvendo política cotidiana, no corpo a corpo, face a face, tecendo credibilidade e parcerias nacionais e internacionais com trabalho de base e diálogo com o Estado, o Grupo produziu sua existência política e econômica fazendo ecoar vozes lésbicas, reverberando pensamentos e movimentos feministas na luta por direitos, pelo reconhecimento da diversidade e valorização da diferença como potência.

Como legado para as novas militantes o GLB deixou uma história de visibilidade, organização e resistência lésbica. Como referência, criou condições para o surgimento de outras organizações lésbicas de modo a não interromper o fluxo do corpo lésbico político educador, que segue produzindo nações lésbicas, onde as gays, as bichas, as travestis são todas irmãs, que brigam entre si e se protegem, se cuidam, se juntam e se misturam em defesa da livre orientação sexual, da liberdade dos corpos.



Nosso contato afetivo e político com o GLB foi fundamental para compreensão de que a pobreza não é só material, que a repressão sexual, o controle alheio da sexualidade feminina também fazem parte da miséria humana. Como bem questiona Jane Pantel, “Se nunca fomos santas, e somos cidadãs, podemos decidir o destino de nossas nações, por que não haveríamos de decidir sobre nossos corpos?”

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

ALMEIDA, Gláucia E. S. de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade**: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. 342f.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, Dec. 2014

AMB. ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Entrevista com Jane Pantel**: GLB (Grupo Lésbico da Bahia), [jun. 2002]. Entrevistadoras: Fernanda Felisberto; Iracema Dantas. Brasília, 2012. Acervo Hemeroteca GLB.

COSTA, Zora Yonara Torres. **Safe, Foucault e Butler**: a constituição do corpo político lésbico. [Dissertação]. Faculdade de Filosofia, UNB, Brasília, 2012.

COSTA, Zora Yonara. **[Fala Pública]**. In: Seminário “Visibilidade Lésbica: nossos caminhos, nossa cultura”- Realização Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia; LESBIBAHIA – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia. Salvador, agosto, 2010.

COUTINHO, Joana. As ONGs: origens e descaminhos. **Lutas Sociais**. n.13/14, p. 57-64, jul./dez. 2004; jan./jun. 2005.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DE LAURETIS, Teresa De: “A Tecnologia do Gênero” in: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

EM DEFESA do lesbianismo. [Recorte jornal]. **Meio Norte**, Piauí, 17 jan. 1999.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GLB-Grupo Lésbico da Bahia **Visibilidade e organização**. [Folder]. Salvador [2000?]. Disponível em: [10006002065.pdf \(saude.gov.br\)](https://saude.gov.br/10006002065.pdf) . Acesso em: agosto, 2023.

GGB-Grupo Gay da Bahia. **Boletim do Grupo Gay da Bahia**. Luiz Mott (Editor). Salvador: GGB, 2011.



GGB-Grupo Gay da Bahia. **Convite para fundação do GLB em 11/11/1993**. PowerPoint (2010). Slide 3/14 [Arquivo Militante LBL].

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 1995.

LINDGREEN, Yone. Carta à poeta Terra, ou a minha cisão do II SENALE, **Rev. Um Outro Olhar**, n.27,ano 12, jan./abr., p. 18, 1998.

MARQUES, Miro. Sapho: a primeira bandeira feminista do mundo. **Dimensão on line**. Postado em 02 de maio, 2012.

MERHY, E.E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO. T.B. et al. **Acolher Chapecó**: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho. São Paulo: Hucitec, 2004. p.21-45.

MOUFFE, Chantal. Feminismos, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F.(Orgs). **Teorias políticas feminista**: textos centrais. Belo Horizonte: Vinhedo: Horizonte, 2013, p.265-282.

PANTEL, Jane (GLB). Jane Maria de Senna Pantel. **Entrevista**. [07/01/2014]. Entrevistadora Eide Paiva, Salvador, 1 arquivo, áudio (01:07:35).

PIZA, Edith. **Adolescência e racismo**: uma breve reflexão.. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo.

NASCIMENTO, Érico Silva do. **Territórios e circuitos homossexuais em Salvador**: há um gueto gay? Salvador, 2007. Monografia [Bacharelado em Urbanismo, Universidade do Estado da Bahia, 2007.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do Terceiro Setor brasileiro**. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da experiência. Trad. Lúcia Haddad. **Proj. História**. São Paulo, n. 16, fev. 1998. p. 296.235.

SILVA, Zuleide Paiva. **Sapatão não é bagunça**: estudo sobre as organizações lésbicas da Bahia. Tese [Doutorado em Difusão do Conhecimento], UFBA, IFBA,UNEB, UEFS, SENAI-CIMATEC, LNCC, Salvador, 2016, 407f.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global**: limites e desafios da participação cidadã. 2. Ed., São Paulo: Cortez; Recife: EQUIPE; Salvador: UFBA, 2001.

TREVISAN, Juan. Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates no NER**, Porto Alegre, ano 16, n,17, p.289-321, jan./jun., 2015.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. 2. ed. Barcelona: Egales. 2010.